

## O FIM DA INCERTEZA NO REGIME JURÍDICO DO CHEQUE *THE END OF LEGAL UNCERTAINTY IN THE CHEQUE*

Nuno Cerejeira Namora\*

Um recente Acórdão Uniformizador de Jurisprudência, proferido a 28 /02/2008 pelo STJ, esclareceu e, porventura acabou, com a longa querela doutrinária e jurisprudencial: os Bancos têm que pagar o valor do cheque quando este é apresentado dentro do prazo, ainda que haja ordem de revogação por parte do sacador.

Com benefícios para a segurança jurídica e certezas para o Mercado, entende o STJ que, durante o prazo de apresentação, o cheque é irrevogável, podendo o sacador responsabilizar o banco pela recusa de pagamento.

Acabaram desta feita, os casos em que a instituição bancária recusava o pagamento, com base na ordem de revogação do sacador, invocando justa causa como vício da vontade. Bem, se não acabar, pelo menos os bancos passam a ter mais um forte incentivo para meter um ponto final em tão nefasta prática!

Será uma “nova vida” para este título de crédito, em via de extinção face á evolução tecnológica?

### O Cheque: Regresso Às Origens

Os cheques são utilizados no comércio, acredita-se, desde o Século I AC, situando-se a sua origem no Império Romano, com as “praescriptiones” que, tendo um regime mais simplificado do que o actual cheque, eram funcionalmente semelhantes e visavam a realização do mesmo objectivo: facilitar o comércio, eliminando a necessidade de os mercadores circularem com quantias avultadas de dinheiro, o que, naquela época, tal-qualmente como hoje, representava sempre um enorme risco para a sua segurança.

Os objectivos que presidiram à “invenção” do cheque foram mantendo a sua pertinência ao longo dos tempos, tendo esta forma de cumprimento de obrigações pecuniárias sido abraçada pela História, História essa que, em diferentes tempos e espaços, a baptizou com diversos nomes e presenteou com diversas regulamentações, nunca perdendo, contudo, de vista o essencial da função que o cheque desempenha ainda nos dias de hoje: tornar desnecessárias as formas de pagamento com dinheiro “vivo”.

O corolário desta evolução ocorreu no já longínquo ano de 1931, em Genebra onde, reconhecendo-se a importância do cheque no domínio das transacções comerciais, vários países, entre eles Portugal, ratificaram a Lei Uniforme do Cheque, facilitando assim a sua utilização no comércio internacional.

Hoje, o cheque encontra-se em vias de extinção.

Assim o determina a inexorável evolução tecnológica que, no Século XXI, nos permite em poucos cliques fazer todo o tipo de pagamentos sem haver sequer necessidade de papel.

Com toda esta evolução, e atendendo ao fulcral valor da segurança jurídica no que toca à regulamentação de algo que pretende substituir a “pecunia”, poder-se-ia pensar que o regime jurídico dos cheques era transparente, privilegiando ao máximo a aproximação do pagamento com cheques ao pagamento em numerário.

De facto, se assim não fosse, acabaria o cheque por ver pervertida a sua própria razão de ser.

Em bom rigor, muito se fez para preservar a essência deste título de crédito. Desde a tutela penal da passagem de cheques sem provisão a partir de 150€, passando pela criação da obrigação dos Bancos pagarem cheques sem provisão de valor inferior a 150€, culminando

---

\* Advogado

na interdição de atribuição livros de cheques a entidades que, atendendo a comportamentos anteriores, não se mostrem dignas da atribuição de tal confiança, como dizem claramente os comandos do Decreto-Lei 454/91, na sua última versão.

No entanto, uma diferença fundamental persistia entre o pagamento com cheque e o pagamento em numerário: quando o tomador do cheque fosse levá-lo/depositá-lo, arriscava-se a “ouvir” do banco que o sacador havia dado ordem de não pagamento, mesmo tendo o cheque sido apresentado dentro do prazo.

### **A Revogação do Cheque: Enquadramento Legal**

A possibilidade de revogação do cheque dentro do seu prazo de apresentação divide há muito tempo os eminentes juristas que sobre esta temática se debruçam e tem sido uma fonte de insegurança jurídica, com o que se tem dado um forte contributo à desconfiança de que o cheque continua a ser alvo no comércio jurídico.

Esta divisão decorre, na sua essência, da interpretação de 3 normativos legais: o art. 32º da Lei Uniforme do Cheque, o nº 2 do art. 1170º do Código Civil e ainda da 2ª parte do art. 14º do Decreto 13004.

Como nota prévia, importa esclarecer que a questão não se prende com revogação do cheque na sequência de apropriação fraudulenta (nestas situações, em bom rigor, não se pode falar sequer de “revogação” do cheque, mas antes de justa causa de recusa de pagamento, nos termos dos números 2 e 3 do art. 8º do Decreto-Lei 454/91).

A questão da revogabilidade do cheque por mera ordem do sacador foi alvo de acesos debates na própria Convenção de Genebra. No entanto, a pluralidade de opiniões inconciliáveis impediu um consenso sobre esta matéria, acabando a questão por ser regulamentada no art. 32º da Lei Uniforme do Cheque, no sentido da irrevogabilidade do cheque durante o prazo de apresentação, permitindo-se contudo que os Estados derroguem a aplicação dessa norma, legislando no sentido de admitir revogação do cheque dentro do prazo, como é dito no art. 16º do Anexo II da Lei Uniforme do Cheque.

Portugal não fez qualquer reserva expressa abrangendo a matéria do art. 32º da LUC.

### **A Revogação do Cheque: Enquadramento Doutrinal**

Embora não seja uma questão consensual, o STJ e a doutrina mais recente têm entendido que “a chamada convenção de cheque constitui uma modalidade de mandato específico, sem representação, para a realização de actos jurídicos precisos: os inerentes ao pagamento do cheque” – Ac. de 3 de Fevereiro de 2005, relativo ao proc. nº 04B4382 (disponível em <http://www.dgsi.pt>).

Assim sendo, parte da doutrina e da jurisprudência consideravam que, sendo o mandato, nos termos do nº2 do art. 1170 do Código Civil, revogável ocorrendo justa causa, o banco podia livremente recusar o pagamento do cheque apresentado dentro do prazo, caso o sacador desse ordem de revogação invocando uma aparente justa causa, como vício da vontade (cfr. Ferrer Correia e Alberto Caeiro in Revista de Direito e Economia, ano IV, nº2, 1987), nunca podendo a instituição bancária ser responsabilizada por tal recusa perante o portador, dado ser este alheio à relação cambiária, encontrando-se a norma que responsabiliza o banco sacado revogada ( 2ª parte do art. 14º do Decreto nº 13004 que, por comodidade se transcreve: “No decurso do mesmo prazo (*de apresentação*) o sacado não pode, sob pena de responder por perdas e danos, recusar o pagamento do cheque com fundamento na referida revogação).

Outra parte da doutrina e da jurisprudência vinha considerando que o cheque, durante o prazo de apresentação, é irrevogável (cfr. Oliveira Ascensão in Direito Comercial, Vol. III), podendo o sacador responsabilizar o banco pela recusa, nos termos da 2ª parte do art. 14º do Decreto nº 13004 e do art. 483º do Código Civil.

## O Acórdão nº 4/2008

Décadas passaram em que, dependendo do Juiz da causa, as decisões judiciais iam num ou noutro sentido. A insegurança jurídica era grande. A incerteza estava instalada no mercado.

Até no próprio Supremo Tribunal de Justiça a questão deu origem a decisões contraditórias.

Recentemente, porém, o STJ deu um forte contributo para colocar um ponto final nesta insegurança, através do Acórdão 4/2008 (publicado no Diário da República 67 SÉRIE I-A, de 4 de Abril de 2008.)

Na situação colocada perante o STJ, um banco recusou o pagamento de uma série de cheques a uma empresa de vestuário, tendo-os devolvido com a menção “cheque revogado – falta vício na formação da vontade”, no seguimento de ordem do sacador nesse sentido.

Na sequência desta recusa, a empresa de vestuário demandou o banco em tribunal pelo somatório do valor dos cheques devolvidos.

A 1ª Instancia acabou por dar razão à empresa de vestuário, fundamentando a decisão nestes termos:

«Não obstante a justificação escrita no verso dos cheques se referir a revogação com justa causa, nenhum facto foi alegado e muito menos provado que a consiga fundamentar. Ao contrário, o réu admitiu que houve uma mera ordem de revogação.

A recusa operada foi ilegítima, face ao disposto no artigo 32.º da LUC, pelo que, nos termos dos artigos 14.º, segunda parte do Decreto n.º 13 004 e 483.º do Código Civil, o réu terá de responder por perdas e danos, caso se verifiquemos demais pressupostos da responsabilidade civil.»

E conclui condenando o banco no montante dos cheques acrescido de juros.

Inconformado, e sabendo das divergências que esta matéria suscita, o banco em questão lançou mão do recurso “per saltum”, requerendo o julgamento ampliado, visando a uniformização da jurisprudência.

Afinal, a frustração das suas pretensões derivava exclusivamente de uma controversa questão de Direito.

Chegada a questão ao STJ, houve intenso debate. Esse debate deu à luz um Acórdão Uniformizador de Jurisprudência com 11 (!) votos de vencido.

Dentro das várias doutrinas em confronto, acabou por vingar a tese que defende que os Bancos têm que pagar o valor do cheque quando este é apresentado dentro do prazo, ainda que haja ordem de revogação por parte do sacador.

O Acórdão considerou que não é de aplicar o nº2 do art. 1170 do Código à convenção de cheque, por ser esta uma norma geral cuja aplicação não deve ser admitida, uma vez que há uma norma especial para o regime dos cheques (o art. 32º da LUC) que não prevê a “justa causa” referida nesse artigo, e considera ainda que o banco, com tal recusa, é responsável por perdas e danos perante o portador face ao disposto na 2ª parte do art. 14 do Decreto 13004, que considerou estar em vigor pelos motivos expostos no Assento 4/2000 (publicado no Diário da República 40 SÉRIE I-A, de 2000-02-17) motivos esses que, resumidamente, e passando a citar o referido aresto, se consubstanciam no seguinte: “tratando-se de uma norma, materialmente, do direito comum – responsabilidade civil extracontratual -, sobre matéria que a Convenção (*de Genebra*) se absteve de tratar, precisamente, para a deixar sob o império exclusivo do direito comum, a 2.ª parte do corpo do artigo 14.º do Decreto n.º 13004 não resultou revogada por efeito da entrada em vigor da LUC.”

## Considerações Finais

A solução encontrada merece o nosso aplauso.

Sem prejuízo do enorme mérito das posições contrárias, entendemos que, se o cheque é um meio de pagamento alternativo ao numerário, então o valor primordial a defender será o da segurança jurídica, evitando excessivas diferenças entre uma forma de pagamento e outra.

Responsabilizar os bancos pela recusa de pagamento de um cheque apresentado dentro do prazo contribui para esse esbatimento, sendo que tal responsabilização encontra todo o fundamento na lei (2ª parte do artigo 14º do Decreto 13004), pois subscrevo inteiramente a argumentação produzida no Assento 4/2000 relativamente à permanência em vigor da referida norma.

Não obstante, independentemente da posição que se defenda, creio que o mais importante de tudo é ter a questão resolvida, com óbvios ganhos para a previsibilidade das relações comerciais e maior certeza e segurança jurídica.

Só por isso, ou melhor, também por isso, saúdo os colegas que provocaram este Acórdão e os Conselheiros que admitiram o recurso.